

PARQUES DE SINTRA – MONTE DA LUA, S.A.

**Relatório de Execução
do Plano de Gestão de Risco de Corrupção e de
Infrações Conexas**

2021



Índice

1. Introdução.....	2
2. Evolução da atividade da empresa	3
3. Grau de execução das medidas propostas no PPRCIC, durante o ano 2021 ...	4
4. Conclusões.....	6

1. Introdução

A Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que se rege pelo regime jurídico do sector empresarial do Estado e que tem por objeto, entre outros, a gestão do património cultural e natural público situado na área da Paisagem Cultural de Sintra.

A lei n.º 54/2008, de 4 de Setembro, que criou o Conselho de Prevenção da Corrupção, aprovou a Recomendação n.º 1/2009, publicada a 22 de Julho de 2009, que estabelece a necessidade dos órgãos dirigentes das entidades gestoras de dinheiros, valores ou património públicos, seja qual for a sua natureza, elaborarem um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas.

O Plano que estabelece as principais diretrizes sobre a prevenção de riscos de gestão, incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas, identifica os critérios de risco adotados e define as funções e responsabilidades dos intervenientes na gestão e coordenação das atividades envolvidas. Na referida recomendação, o CPC determinou que os órgãos dirigentes máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou património públicos, devem elaborar anualmente um relatório sobre a execução dos mesmos.

Com o presente relatório a PSML pretende descrever o grau de execução das medidas propostas no Plano de Gestão de Risco de Corrupção e de Infrações Conexas durante o ano de 2021.

2. Evolução da atividade da empresa

A sociedade Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A. (designada por PSML) foi constituída pelo Decreto-Lei 215/2000, de 2 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei 292/07, de 21 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 205/2012, de 31 de agosto. Tem por objeto a "recuperação, requalificação e revitalização, gestão, exploração e conservação de todas as áreas, designadamente os parques e demais zonas envolventes que lhe venham a ser atribuídos ou afetos, bem como todas as atividades conexas ou afins".

No ano de 2021, as receitas da PSML foram ainda fortemente impactadas pela pandemia COVID-19, tendo a empresa iniciado o exercício do ano 2021 com a atividade bastante reduzida pois viu-se obrigada a encerrar os seus equipamentos e fontes geradoras de receita, a partir da primeira quinzena do mês de janeiro, em consequência da suspensão da sua atividade no âmbito do Estado de Emergência. Note-se que a abertura dos monumentos ao público só viria a acontecer a 05 de abril, acumulando assim 2 meses de ausência total de receitas a igual período já verificado no ano transato.

Devido a este enquadramento excecional, foi elaborada uma Nota Informativa de revisão do Plano de Atividades e Orçamento de 2021, tendo a mesma sido deliberada favoravelmente por unanimidade na Assembleia Geral de 19 de março de 2021, Ponto n.º 7. Nesta atualização ao PAO 2021 original (elaborado em setembro de 2020 e aprovado em DUE a 2 de fevereiro de 2021), foi reduzida a receita prevista, foram realizados cortes nos gastos operacionais e também cortes e/ou prorrogações do prazo de execução de contratos nos investimentos. No tocante às receitas para 2021, as estimativas foram atualizadas com o pressuposto de reduzida atividade durante janeiro e total encerramento, sem receita, em fevereiro e março de 2021 e foi refletido um maior abrandamento do crescimento até ao final do ano de 2021.

O Volume de Negócios da PSML, no ano de 2021 mesmo com as sucessivas medidas para combater a Covid-19, impostas pelo Governo, foi de aproximadamente 10 milhões de euros. Se compararmos com o ano de 2019 (pré-pandemia) verifica-se uma quebra da receita em cerca de 71% (equivalente aproximadamente a menos 25 milhões de euros), mas face ao ano de 2020 regista-se um aumento em cerca de 52% (cerca de 3 milhões de euros). A principal fonte de receita continua a ser a venda de bilhetes que representa um peso de 79% do total das receitas, tal como sucedido em 2020. A atividade de restauração representa um peso de 9% e a receita das lojas 4% das receitas totais da PSML.

No exercício de 2021, os resultados operacionais libertos (antes de depreciações, provisões e perdas por imparidade) atingiram o valor positivo de 506.454 euros que representa um ganho de 92% face a 2020. O Volume de Negócios aumentou, face ao homólogo, em 52% para o valor de 10.308.062 euros que se traduz num aumento de 3 506 276 euros. Mas se compararmos com o ano de 2019, o período pós COVID-19, com o ano de 2021 estes valores sofreram quedas na ordem -71% do Volume de Negócios e de resultados operacionais uma queda de -97%.

Para a diminuição das receitas face ao ano 2019, contribuíram os seguintes acontecimentos em 2021:

- o crescimento sustentado e sucessivo do setor do turismo em geral e da Parques de Sintra em particular foi abruptamente interrompido pela pandemia do coronavírus COVID-19 que assolou o mundo e tem tido consequências substanciais na sociedade e na economia;
- a diminuição do turismo internacional para níveis perto de zero, fruto das medidas impostas pelos Governos com as restrições à circulação ocorridas no ano de 2021;
- pela segunda vez desde o início da pandemia, o encerramento por Decreto da atividade da empresa para o período de 15 de janeiro a 04 de abril de 2021;
- o decréscimo de -72% das visitas aos polos sob gestão da PSML face ao ano de 2019;

- a cessação da realização de eventos privados e empresariais, com impacto nas receitas de cedência de espaços e de catering, bem como de eventos culturais..

No ano de 2021, tal como no ano de 2020, a PSML continuou a sua aposta na diversificação de serviços como a oferta de programas e experiências turísticas com valor e atratividade para quem delas usufrui, sem qualquer acréscimo de custos externos, potenciando os recursos humanos e patrimoniais existentes (visitas técnicas às zonas ocultas dos palácios, visitas exclusivas fora de horas, roteiros pedestres pelos parques e tapadas, piqueniques e outras atividades para famílias, etc.), de forma a dinamizar a procura interna, não obstante a dependência maioritária da atividade do turismo internacional, vital para a sustentabilidade da PSML. A PSML dedicou também especial atenção à melhoria da experiência de visita, procurando soluções para tornar o acesso aos locais de visita mais cómodo, oferecendo mais experiências de visita regular a todos os públicos, incluindo a recuperação das áreas florestais como áreas que oferecem possibilidades de diversificação da oferta. Todas estas iniciativas, não obstante registarem bom feedback do público nacional, foram fortemente condicionadas pelas limitações do número máximo de participantes, impostas pela DGS à Área Metropolitana de Lisboa, e pelas condicionantes de acesso aos espaços resultantes da política de prevenção de incêndios florestais decretada pelo MAI.

Com impacto nas contas do exercício de 2021 e nos resultados operacionais são também relevantes os gastos com a prevenção e combate aos fogos florestais, prioridade da empresa não obstante a acentuada redução das receitas, que assim deu cumprimento à sua missão de proteção e salvaguarda do património da Paisagem Cultural de Sintra. Cumpre destacar: a limpeza e reflorestação da área florestal da Serra de Sintra, a manutenção de duas equipas de sapadores florestais em Protocolo com a Câmara Municipal de Sintra, a celebração de protocolos com a Câmara Municipal de Sintra e as 9 Corporações de Bombeiros do concelho, com o Regimento de Artilharia Antiaérea de Sintra para limpeza e vigilância da Serra de Sintra, a contínua ajuda financeira à GNR para recuperação e funcionamento dos postos de vigia de Nafarros, Alcoitão e Pedra Amarela. A PSML também detém 6 viaturas, aprovadas pelas Tutelas, de primeira intervenção (com bombas de água e equipamentos adequados conforme as regras da Proteção Civil) sendo responsável, em 2021, pelas respetivas manutenções e gastos inerentes para que as viaturas continuassem operacionais.

No ano de 2021, a PSML encontrou-se obrigada a encerrar as suas instalações, com a consequente suspensão da sua atividade no âmbito do estado de emergência. Perante esta suspensão, sem qualquer receita face aos encargos salariais, a PSML conduziu uma análise exaustiva sobre as medidas de apoio extraordinário a que poderia recorrer. Dada a excecionalidade da situação, foram aprovados pelo Governo um conjunto de mecanismos de apoio no âmbito do Estado de Emergência, designadamente a renovação do denominado Lay-off Simplificado. Este apoio, cujas alterações normativas face a 2020 permitiram a candidatura da Parques de Sintra, foi especificamente destinado a empresas que tiveram as suas atividades suspensas e os seus estabelecimentos encerrados por força de determinação legislativa, visando apoiar a manutenção dos postos de trabalho e mitigar as situações de crise empresarial, em caso de redução temporária do período normal de trabalho ou da suspensão do contrato de trabalho. Esta medida teve início a 1 de fevereiro de 2021 e terminou no dia 4 de abril com a consequente retoma progressiva da nossa atividade.

Todavia, tendo em conta as consequências da situação pandémica, o Governo decretou e adotou várias medidas de apoio no âmbito do Estado de Emergência, designadamente o Apoio Extraordinário para a Retoma Progressiva (AERP) em empresas em situação de crise empresarial, com redução temporária do período normal de trabalho. A PSML recolhia condições para requerer esta medida, tendo em consideração a situação de crise empresarial, com início a partir de dia 5 de abril. Em consequência da gradual, mas morosa, recuperação da atividade, a PSML mantém durante 2021 a adesão à medida de AERP por situação de crise

empresarial com redução temporária do período normal de trabalho, tendo sido gradualmente ajustada a redução do período normal de trabalho dos colaboradores. Importa salientar que durante o período de Lay-off Simplificado e de AERP, e com vista à proteção dos rendimentos dos seus trabalhadores, foi sempre salvaguardada a retribuição mensal ilíquida de forma a garantir que não houvesse qualquer decréscimo das condições salariais dos trabalhadores.

Os resultados financeiros resultaram do registo dos gastos de juros das operações de renting e dos gastos com os financiamentos, quer de juros quer de comissões.

Em 2021, o ativo líquido total atingiu o valor de 44.767.224 euros, representando os ativos fixos 91,70% deste valor. O valor de investimentos em ativo fixo bruto realizados durante o ano de 2021 atingiu o montante de 1.288.972 euros, representando os trabalhos para a própria empresa cerca 10% deste valor, tendo-se mantido a política da PSML de internalizar a gestão e parte da execução dos projetos de recuperação e beneficiação do património, quer natural quer construído, sob a sua gestão. A renda devida à DGPC nos termos do DL 205/2012 de 31 de agosto, onde delega na PSML a gestão dos Palácios Nacionais de Sintra e Queluz, totalizou durante o exercício de 2021 de 429.756,91 euros.

A PSML é uma empresa pública, que não recebe qualquer transferência do Orçamento de Estado, financiando a totalidade da sua atividade (de funcionamento e de investimento) com a receita obtida unicamente através da exploração dos equipamentos sob sua gestão (bilheteiras, lojas, cafetarias e espaços para eventos). O facto de ter estado sem qualquer fonte de receita durante mais de quatro meses, dois meses em 2020 e outros dois meses em 2021, exerce novamente uma forte pressão na tesouraria da empresa. Com a diminuição de 98% das receitas face ao PAO 2021 no primeiro trimestre de 2021, só foi possível as disponibilidades de tesouraria suportarem os compromissos assumidos, não obstante as severas medidas já tomadas para contenção de investimento e de gastos operacionais, com a contratação na Banca Comercial de financiamentos de curto e médio/longo prazo para equilíbrio da mesma. Assim sendo, em março de 2021 a PSML contratou, após aprovação da Tutela, parecer do IGCP, do Conselho Fiscal e de deliberação na Assembleia Geral, dois financiamentos com objetivo de manter a tesouraria equilibrada até final de agosto de 2022, dadas as estimativas de receitas, os gastos e os investimentos previstos:

- Um financiamento de Médio e Longo Prazo no Banco Millennium BCP a 6 anos com 12 meses de carência de capital, no valor de 7.000.000 euros,
- Um financiamento na modalidade Conta Corrente Cauçionada no Banco Millennium BCP no valor de 8.000.000 euros, sem comissão de imobilização.

3. Grau de execução das medidas propostas no PPRCIC

Para o Plano de Gestão de Risco de Corrupção e de Infrações Conexas identificaram-se as principais áreas onde poderão ocorrer atos de corrupção e infrações conexas (riscos):

- Contratação pública
- Gestão comercial
- Recursos humanos
- Gestão financeira
- Gestão do património

Em cada área são identificados os procedimentos e medidas inseridas no PPRCIC com vista a prevenir os principais riscos de corrupção e o respetivo grau de execução:

Procedimentos a adotar	Executado	Agendado	Por Executar
CONTRATAÇÃO PÚBLICA			
Apresentação da informação técnica fundamentada por parte dos colaboradores intervenientes no processo, em todas as aquisições de bens e serviços/ empreitadas: justificação da necessidade; estimativa de custo; proposta do tipo de procedimento a adotar e de fornecedores a consultar dentro das regras acima referidas	<input checked="" type="checkbox"/>		
Os fornecedores a consultar devem ter currículo adequado à prestação requerida, justificado por informação existente na empresa ou colhida no mercado	<input checked="" type="checkbox"/>		
Aprovação da informação técnica por parte do Conselho de Administração, que fixa simultaneamente o responsável pelo processo, em especial pela elaboração dos documentos concursais. Esta aprovação é publicitada na plataforma electrónica	<input checked="" type="checkbox"/>		
Explicitação clara e completa das cláusulas técnicas fixadas no caderno de encargos	<input checked="" type="checkbox"/>		
Definição clara dos critérios de avaliação das propostas com carácter objetivo e baseados em dados quantificáveis e comparáveis	<input checked="" type="checkbox"/>		
Por regra, deve ser utilizado o critério do mais baixo preço, salvo justificação técnica adequada	<input checked="" type="checkbox"/>		
Aprovação dos documentos concursais (programa de concurso, convite, caderno de encargos e anexos) por parte do Conselho de Administração	<input checked="" type="checkbox"/>		
O técnico responsável pelo processo deve assegurar que os fornecedores consultados não são divulgados dentro da empresa e entre si, em todas as fases do procedimento	<input checked="" type="checkbox"/>		
Assegurar no contrato um clausulado claro e rigoroso, que preveja as obrigações de todas as partes, a avaliação de cumprimento das obrigações, sanções de incumprimento, prestação de garantias, calendário de execução e regras de rescisão	<input checked="" type="checkbox"/>		

Procedimentos a adotar	Executado	Agendado	Por Executar
Assegurar no contrato um clausulado claro e rigoroso, que preveja as obrigações de todas as partes, a avaliação de cumprimento das obrigações, sanções de incumprimento, prestação de garantias, calendário de execução e regras de rescisão	<input checked="" type="checkbox"/>		
Aprovação do contrato e respectivo plano de pagamentos por parte do Conselho de Administração	<input checked="" type="checkbox"/>		
Assegurar a prestação de garantia, nos casos aplicáveis, previamente à assinatura do contrato	<input checked="" type="checkbox"/>		
A execução de trabalhos a mais ou a menos deve ser justificada, no caso de empreitadas, e aprovada pelo Conselho de Administração	<input checked="" type="checkbox"/>		
Publicitação de documentos de adjudicação e contratação na plataforma electrónica	<input checked="" type="checkbox"/>		
Fiscalização regular da execução do contrato que assegure a sua rigorosa execução física, financeira e temporal, com registo de todas as decisões tomadas	<input checked="" type="checkbox"/>		
Conferência pelo responsável pelo processo de que os documentos de despesa apresentados, correspondem à entrega de bens ou à prestação de serviços/empreitadas em conformidade com o contrato	<input checked="" type="checkbox"/>		
Validação da conferência anterior por parte de pessoa diferente (da mesma área e com nível hierárquico igual ou superior)	<input checked="" type="checkbox"/>		
Envio de advertências em devido tempo ao fornecedor/prestador de serviços no caso de se detectarem situações irregulares	<input checked="" type="checkbox"/>		
GESTÃO COMERCIAL			
Informatização de todo o fluxo de venda de bilhetes e de controlo de acessos	<input checked="" type="checkbox"/>		
Informatização de todo o fluxo de aquisição e venda de produtos em lojas e cafetarias	<input checked="" type="checkbox"/>		
Controlo dos locais de venda através de sistema de videovigilância	<input checked="" type="checkbox"/>		
Rotatividade dos colaboradores das áreas comerciais	<input checked="" type="checkbox"/>		
Realização de auditorias internas às bilheteiras e locais de venda nas lojas e cafetarias e <i>stocks</i>	<input checked="" type="checkbox"/>		
Justificação de preços contratados nos alugueres de espaços e serviços conexos e na comercialização de produtos florestais, quando não previstos nos preços indicativos aprovados pela Administração	<input checked="" type="checkbox"/>		
RECURSOS HUMANOS			
Exigência de que os participantes no processo de recrutamento não têm relações de proximidade com algum dos candidatos, através de declaração dos próprios participantes	<input checked="" type="checkbox"/>		
Justificação das decisões tomadas nas várias fases de recrutamento	<input checked="" type="checkbox"/>		
Justificação das decisões tomadas na contratação de cada colaborador após o período experimental, na renovação de contrato de trabalho/passagem a contrato sem termo e na progressão de carreira	<input checked="" type="checkbox"/>		

Procedimentos a adotar	Executado	Agendado	Por Executar
Exigência de que os participantes no processo de avaliação não têm relações de proximidade com algum dos avaliados, através de declaração dos próprios participantes	<input checked="" type="checkbox"/>		
GESTÃO FINANCEIRA			
Verificação de autorização conferência e validação dos documentos de despesa e processamento de ordenados anteriormente ao pagamento	<input checked="" type="checkbox"/>		
Monitorização interna de desvios em relação ao plano de pagamentos anexo a cada contrato	<input checked="" type="checkbox"/>		

4. Conclusões

A execução do PPRCIC foi acompanhada pela DAF e pela Administração da PSML, em cumprimento com o disposto no referido Plano.

Em 2021 foi afinada a ferramenta informática de gestão documental e de processos que otimizou o work flow de aprovações e conferências. Esta aplicação realiza a desmaterialização dos documentos permitindo e facilitando a consulta de toda a informação dos processos e obriga ao cumprimento das regras de contratação pública e as regras internas definidas pela Administração. Este projeto integrado no âmbito do Programa SIMPLEX + 2017 permite um controlo dos processos a todo o momento e uma disponibilidade da informação com um elevado grau de especificidade, permitindo auditorias completas e detalhadas.

Implementou-se em 2020 a gestão do orçamento também na ferramenta de gestão documental, para que de uma forma automática esteja logo vedada a proposta de aquisição caso não exista dotação para a sua execução.

No ano de 2021 foi incluído o gestor da Plataforma Vortal no Departamento Jurídico por forma a dar mais consistência aos procedimentos divulgados na Vortal e a garantir a conclusão de todo o processo no Portal Base. Todos os preços praticados pela PSML no aluguer de espaços e serviços conexos e na comercialização de produtos florestais foram antecipadamente previstos nos preçários aprovados pela Administração.

Deu-se continuidade às sessões de formação com vista à revisão do Plano de Prevenção Contra a Corrupção e iniciou o projeto para uma gestão eficaz dos dados pessoais. Em 2021 foram revistos os processos numa perspetiva digital do Código de Ética e Conduta.